

# Comor tem os números sobre o déficit: cumprida meta com FMI

por Cláudia Sotelle  
de Brasília

As primeiras indicações levadas na última terça-feira ao Comitê de Acompanhamento e Execução dos Orçamentos Públicos (Comor) mostram que o governo não só conseguiu cumprir a meta de Cr\$ 3,6 trilhões de déficit operacional do setor público como também chegou a obter um ganho de Cr\$ 300 bilhões, aproximadamente, encerrando o ano com um financiamento líquido às empresas estatais, governos estaduais, municipais e administração direta de Cr\$ 3,3 trilhões.

Essa performance do déficit público operacional implicaria, portanto, a queda da relação déficit/Produto Interno Bruto (PIB), fixada em 2,7% no último adendo à carta de intenção ao Fundo Monetário Internacional, não fosse a surpresa causada pela inflação nos últimos dois meses do ano passado, que acabou abaixo da taxa utilizada para calcular o PIB em Cr\$ 132 trilhões.

Considerando esse valor do PIB, a redução obtida no déficit operacional traria a relação déficit/Produto para 2,5%, e não os 2,7% estipulados no acordo com o Fundo. Mas é possível que,

diante da queda do PIB em decorrência de um Índice Geral de Preços inferior ao estimado para o ano passado, esse ganho seja absorvido e o País apenas consiga cumprir a meta, como observou uma fonte do governo, especialista no assunto.

Para as fontes consultadas, o grande responsável pelo desempenho do déficit operacional foi o corte do crédito para o setor público, determinado pela Resolução nº 831, do Banco Central, em vigor desde maio do ano passado.

## APURAÇÃO

A partir dos indícios de que o governo conseguiria cumprir a meta acertada com o Fundo — o que só será efetivamente conhecido quando apurado o PIB do ano passado — foi possível conceder um aumento da expansão do crédito ao setor público mais próximo da correção monetária de cada mês. Isso que começou a ocorrer a partir de dezembro último, repetiu-se neste mês, com a fixação de um crescimento do saldo dos financiamentos em 7,34% para uma correção monetária de 7,6% e a tendência, agora, segundo as fontes oficiais, é manter a Resolução nº 831, "mas não administrada tão violentamente quanto foi em 1983".

Também o déficit nominal — que é acrescido das correções monetária e cambial nos saldos dos financiamentos ao setor público — ficará abaixo dos Cr\$ 24,6 trilhões programados para o ano passado, numa proporção maior que os Cr\$ 300 bilhões registrados no déficit operacional. Neste indicador, entretanto, não há problemas sérios porque "se ele estourasse pela taxa de inflação, seria o caso apenas de pedirmos um waiver ao Fundo. O que interessa mesmo é o déficit operacional, que mede a realidade do esforço do governo em conter seus gastos".

O governo espera mostrar ao Fundo Monetário Internacional um razoável desempenho também na expansão da base monetária, que foi estipulada em 87% para o ano de 1983. Na verdade, ainda não há um número definitivo, o que será mostrado nesta segunda-feira, após apuração do comportamento dos bancos comerciais, que os técnicos do departamento econômico do Banco Central apurarão no decorrer do final da semana. Mas as indicações evidenciadas pelo balanço do Banco do Brasil e pelos dados do Banco Central mostram que a expansão não ficou cravada nos 87%, mas também que não registrou "nenhum estouro". As fontes do Banco Central garantiram que a base ficará na casa dos 90% e, no máximo, 92%. "Isso é apenas um pequeno desvio", como argumentou uma das fontes, para quem "acertar na mosca os 87% seria até um dado duvidoso".

## RESGATE

Um técnico do Banco Central que estava trabalhando no assunto disse que, se, por um lado, o Banco Central fez um resgate líquido de Cr\$ 1,3 trilhão de títulos públicos em dezembro, ele foi compensado, pelo outro lado, com a arrecadação tributária de Cr\$ 1,2 trilhão e mais um maciço recolhimento de papel-moeda em circulação na economia, trazendo a base para um patamar tolerável.

Para os meios de pagamento (depósitos à vista nos bancos comerciais e Banco do Brasil mais moeda em poder do público), também se espera um "ligeiro desvio". Fixados em 90% em 1983, os meios de pagamento devem encerrar o ano na faixa de 92 a no máximo 94%. Esses números serão conhecidos nesta segunda-feira, quando o Banco Central divulgará o comportamento da política monetária do último ano.